



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 12/11/2019

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, em segunda convocação para a realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze horas às dezoito horas no Auditório Meri Baran, Bloco I - Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheira suplente Regina Clélia de Oliveira Bueno (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Maria da Glória da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP. 1.0); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2); conselheiro suplente Sérgio Fernandes de Castro (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira suplente Denise Resende Sanches (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED) e a conselheira Suelen Guimarães dos Santos (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Cristiany da Silva Ávila (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro) e a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD). Pauta do Dia: Distribuição da ata de 08/10/2019. **1) Deliberação** da ata de 10/09/2019. **2) Comissão de Educação Permanente – 30 minutos.** **2.1) Curso de Capacitação de conselheiros – Parte 1 (continuação) – Conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres.** **3) Esclarecimentos sobre Telemedicina – 40 minutos.** **4) Apreciação e deliberação da Moção de Apoio do CDS da AP 3.1 em defesa dos serviços prestados pelo Hospital Federal de Bonsucesso – 10 minutos.** **5) Solicitação de pauta do CDS da AP 5.3 – 30 minutos.** **5.1 - esclarecimentos sobre a real função e apresentação dos cargos dos pontos focais.** **5.2 – esclarecimentos sobre investimentos que estão sendo prometidos na área da AP 5.3, como a construção do Centro de Imagem e a construção da comunidade do Rodo.** **5.3 – esclarecimentos sobre a real situação da gestão do hospital Pedro II.** **6) Escolha de 4 (quatro) conselheiros para participar do Projeto da CGM “Aconselhando Controle” – 10 minutos.** **7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos.** **8) Informes da Secretaria Executiva - 15 minutos.** **9) Informes da Gestão da SMS - 10 minutos.** **10)**

Informes do Colegiado - **05 minutos** por conselheiro. O **Secretário Executivo David Lima** chamou para compor a Mesa Executiva do Conselho Municipal de Saúde a **Presidenta e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Representando os usuários o conselheiro José Cosme dos Reis com a função de controlador do tempo e o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva**. Representando os profissionais de saúde a conselheira Valeska Holst Antunes com a função de secretariar. Representando os gestores a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres com a função de fazer a leitura da pauta. Prosseguindo, passou a coordenação dos trabalhos para a Presidenta e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. Leitura da pauta do dia. Pedido de inversão de pauta: A **conselheira Valeska Holst Antunes** solicitou que o item três fosse apresentado primeiro que o item dois, pois o palestrante tem outra reunião. Com a inversão a pauta foi colocada em votação sendo aprovada por maioria simples. **Ponto um:** Colocada em votação a ata de 10/09/2019 foi aprovada por maioria simples. **Ponto três:** Esclarecimentos sobre Telemedicina. Nesse momento, o corregedor do Cremerj **Dr. Luís Guilherme** deu início a apresentação. Com o final da apresentação foi aberto o primeiro ciclo de perguntas e respostas. A **Presidenta e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou o que significa ponta a ponta? Sobre a primeira ponta, o **Dr. Luís Guilherme** respondeu com um exemplo. Disse que o médico que trabalha em um posto de saúde ou em uma unidade básica de saúde, não importa; esse médico vai precisar ter estrutura de informática que lhe dê acesso e um software para fazer Telemedicina. Na outra ponta terá um médico que vai chamar o paciente que está na fila de espera. Esse paciente está indo para sua primeira consulta com esse médico para relatar a queixa que tem. Após ouvir o relato, o médico percebeu que o paciente precisa ser atendido pelo urologista. Porém, acontece que o urologista tem uma demanda muito grande. Então o médico dirá ao paciente que precisará marcar uma teleinterconsulta com dia e hora para que o paciente compareça. Nesse dia e nessa hora estará presente o médico que irá atender esse paciente. Na outra tela, em outro lugar não importa aonde, um urologista irá atender esse paciente no sentido de orientá-lo. Então terá uma orientação entre um médico clínico e um urologista cirurgião. Esse médico especialista, diante do quadro daquilo que está sendo visto, irá dizer se vai ser necessária a presença do urologista. Entretanto, através da interconsulta o médico descobriu que precisa do urologista para atender esse paciente. O urologista através da interconsulta percebeu que precisa ver esse paciente. Só assim esse paciente será regulado para o urologista. Nesse meio tempo o urologista pode na interconsulta falar para o médico clínico que precisa de um ultrassom para fazer isso. O médico solicitará o ultrassom e o paciente chegará à nova consulta com o médico especialista, onde estará praticamente tudo pronto. O médico especialista vai examinar o paciente e tirar as dúvidas que são necessárias e irá encaminhá-lo. A **Presidenta e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se tem tempo para ser realizada a solicitação de exames. O **Dr. Luís Guilherme** respondeu quando alguém pede exame e dependendo do exame o paciente entra em regulação também. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** disse que tem duas questões: na primeira perguntou como são produzidos esses tipos de atendimento, pois seu esposo teve problema por causa de diagnóstico errado e por isso, tirou uma foto do eletrocardiograma de seu esposo e enviou para um cardiologista amigo que resolveu o problema ao dizer que ele tinha que ser internado. O **Dr. Luís Guilherme** respondeu que na Telemedicina o médico está sujeito a erros. Entretanto, a autonomia de fazer ou não é meio a meio, ou seja, do médico e do paciente que assumem os riscos. Na segunda questão relatou o caso de um menino que está internado no Hospital Estadual Alberto Torres, localizado no município de São Gonçalo. Esse menino tem uma doença rara e foi internado por causa de uma complicação respiratória, inclusive foi intubado. A maioria das complicações respiratórias tem um protocolo para doenças prevalentes, como a asma, porém nas distrofias musculares o protocolo é diferente. Relatou que levou um aparelho para parar com a secreção do menino e devido a isso teve uma melhora muito boa. Mas estão tentando que o menino seja estubado (retirar o tubo) dentro dos protocolos das doenças neuromusculares. Só que a equipe médica não aceita, pois preferem fazer uma traqueostomia no menino e ligá-lo no respirador, pois com isso vai ocupar uma vaga de UTI durante muito tempo até vir a óbito. Se fizerem traqueostomia o menino será retirado do convívio familiar, o que fará com que os familiares fiquem impossibilitados de visitá-lo já que o orçamento da viagem vai ser oneroso. Com isso o menino ficará abandonado no hospital. Disse que os membros da ACADIM tentaram entrar em contato com a equipe médica para explicar e nada aconteceu, pois a

equipe médica pretende realizar o protocolo básico. Então perguntou se o Dr. Luís Guilherme percebe a possibilidade de a Telemedicina passar a ser utilizada para esses protocolos que fogem a prática comum. O **Dr. Luís Guilherme** respondeu que doença rara é rara e quando é rara não tem estudo e sem estudo não tem como comprovar o que é bom ou não. Essa é a visão que o médico tem do ponto de vista científico. O que pode ser feito nesse caso concreto é a teleinterconsulta nessa unidade fechada (Hospital Estadual Alberto Torres). Isso é válido e possível. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** disse esperar contar com a presença do Cremerj nas reuniões ordinárias e nas visitas técnicas. Fez um apelo dizendo que na próxima reunião da comissão executiva tenha um representante do Cremerj para poderem discutir e depois levar mais conhecimento para a próxima plenária afim de debater melhor com o próprio Dr. Luís Guilherme, pois a presença do Cremerj é fundamental. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que os médicos não querem trabalhar na ponta, nas OS's, como nos bairros de Santa Cruz e Sepetiba porque o salário não compensa e as viagens de ida e volta são longas. E mais: não pode ter concursos por causa da lei de responsabilidade fiscal. Perguntou qual o modelo que o Cremerj tem para convencer os médicos a trabalharem na ponta da cidade, nas OS's porque é preciso ter médicos para dar assistência a população mais pobre do município. Também indagou o que foi dito na apresentação, ou seja, que o povo deveria financiar sua saúde. Prosseguindo, usou o contraditório para dizer que a Constituição dá o direito ao povo a ter saúde. Além disso, a carga tributária que cada cidadão paga é enorme e não retorna como tinha que ser para os contribuintes a saber: da segurança que não se tem da saúde que está esfacelada e da educação que está precária. Isso é um dever do governo federal. A **conselheira Denise Resende Sanches** informou que trabalha em pesquisa clínica no Instituto Nacional de Cardiologia – INC, localizado no bairro de Laranjeiras. No INC, juntos com colegas fizeram um Projeto de Telemedicina e foram nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) com o material necessário para fazer eletro. Informou que pesquisaram mil pacientes. Esses exames são encaminhados ao estado de Minas Gerais para uma unidade laboratorial dar o diagnóstico de cada paciente. Acontece que muitos médicos das UBS não aceitam esses diagnósticos, mesmo tendo sido avaliados por especialistas de cardiologia e mesmo depois de explicados pelos próprios especialistas do INC. Muitos desses médicos, além de não aceitarem os diagnósticos encaminhavam o paciente para tomar outros tipos de medicação, que não era a mais específica. Então convidou o Dr. Luiz Guilherme para ir até o INC para conversar e criar um protocolo de fato. Mas apesar de tudo, conseguiram internar alguns pacientes, mas nem todos tinham condições de ficar por causa do Sisreg que é um problema muito sério que têm. Acha importante a Telemedicina, pois ameniza muito já que trabalham com especialistas (via vídeo), porque às vezes não tem especialistas específicos para determinado tipo de patologia nas unidades. Finalizando, reforçou o convite. Foi aberto o segundo ciclo de respostas. Em relação às OS's o **Dr. Luís Guilherme** respondeu que o Cremerj não é gestor. Entretanto, se quiser manter um profissional em certo lugar não basta só pagar tem que dar estrutura também. Em relação ao SUS atender a todos, afirmou que é utópico. Por isso, o que tem a fazer é melhorar. Por exemplo, a Telemedicina ajuda o gestor a usar dinheiro de uma forma melhor e com isso consegue fazer com que tenha mais acesso e resolva alguns problemas que existem. Em relação aos medicamentos, relato da conselheira Denise Resende Sanches; na Telemedicina do INC; disse achar que é um caminho. Propôs o protocolo para resolver o desvio ético do Sisreg, porém só é a favor do protocolo quando o profissional entende o paciente. Ressaltou que o protocolo é um manual de boas práticas. Entretanto, acha que os protocolos servem na Telemedicina, porém têm que ser mais rígidos ainda porque qualquer coisa fora do normal tem que sair da Telemedicina e ir para o atendimento presencial, onde acha que a teleinterconsulta é o primeiro caminho. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que a Telemedicina pode ser útil, tanto por vídeo ou outros formatos porque pode enviar um exame e horas depois ou no dia seguinte ter o resultado de um parecer. O parecer ou opinião da Telemedicina ajuda a diminuir a fila do Sisreg. A qualificação para o médico que trabalha na atenção básica ainda é algo para se investir e, por isso, a residência médica é tão importante. Também têm muitos médicos que trabalham como médicos de família, porém não são médicos de família. Esses têm mais dificuldades e vão se beneficiar muito nesse meio tempo enquanto não formam médicos de família suficientes para poder ter isso como uma maneira de educação médica. O problema é que surgiu uma notícia onde dizia que Telemedicina iria substituir a ausência do médico na unidade de saúde. Importante

esclarecer se isso é regulamentado ou não. O **Dr. Luís Guilherme** respondeu que não é regulamentado, isto é, fica claro que o médico não será substituído pela Telemedicina. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** perguntou se a Telemedicina será utilizada nos serviços privados? O **Dr. Luís Guilherme** respondeu que sim. Continuando, a **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** ressaltou que apesar da precariedade da saúde, existe uma lei que garante o atendimento de saúde pelo SUS a todos. Disse que se o médico for atuar na saúde pública, esse médico tem que estar dentro do contexto da legislação. Acontece que a falta de salários dos médicos da saúde pública dificulta o atendimento para a população carente. Disse que fica inviável para a maioria das pessoas, principalmente para pessoas carentes que não tem dinheiro comprar remédio para financiar sua saúde. Entretanto, somente os médicos teriam como financiar a si mesmos já que nunca viu um médico pobre, a não ser aquele médico que não tem controle das suas finanças. A saúde pública existe para atender a todos, principalmente a população carente que é a mais necessitada. Isso no caso de atendimento médico de mais urgência, isto é, em casos de risco de morte. É complicado entender que cada um deve financiar sua saúde. Finalizando, disse concordar com a proposta do conselheiro Geraldo Batista de Oliveira de extinguir as OS's que não funcionam. Essa é sua proposta. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** perguntou se a Telemedicina vai ajudar a acabar com a grave crise da saúde, que é a fila de atendimento. Informou que esteve no Ceará, mais precisamente em uma cidade de população pequena. Nessa cidade existe a estratégia da família, porém o Sisreg não existe. Ressaltou que o modelo dessa cidade cearense funciona e é melhor que o modelo do estado do Rio de Janeiro. Disse isso porque ao visitar o hospital da cidade observou que as cirurgias são feitas todos os dias chegando a doze, a treze cirurgias diariamente. Informou serem cirurgias básicas. Nos casos mais graves os pacientes são levados de ambulância para as cidades de Fortaleza e Sobral. Esse é o SUS que funciona para todos, finalizando. Foi aberto o último ciclo de respostas. O **Dr. Luís Guilherme** disse que em momento algum quer que alguém financie sua saúde, pois está falando de um modelo usado por alguns países do mundo. Sobre a regulamentação do médico na ponta, disse não saber o que dizer e o que acontecerá agora. Mas o que não está regulado e for dentro de um mínimo do preceito ético do que existe no ato médico pode ser feito. Disse achar que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não tem um protocolo adequado, pois parece ser um trabalho inicial. Leitura do ponto dois: Comissão de Educação Permanente – Curso de Capacitação de conselheiros – Parte 1 (continuação). Nesse momento, a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** deu início à apresentação com slides e comentários. Principais pontos: **1** - O Plano Plurianual (PPA) é dividido em programas, ações, objetivos, indicadores e metas. **2** - A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) orienta o orçamento, que vai dar condições de executar o PPA. **3** - A Lei Complementar 141 obriga a cumprir todos os prazos, leis e normas. **4** - PPA, LDO e LOA são aprovadas pela Câmara de Vereadores do município do Rio de Janeiro. Ponto quatro: Apreciação e deliberação da Moção de Apoio do CDS da AP 3.1 em defesa dos serviços prestados pelo Hospital Federal de Bonsucesso – **10** minutos. Nesse momento, a **conselheira Valeska Holst Antunes** leu o documento. Colocada em votação a Moção de Apoio do CDS da AP. 3.1 que foi aprovada por maioria simples. Ponto cinco: Solicitação de pauta do CDS da AP 5.3 – **30** minutos. 5.1 - esclarecimentos sobre a real função e apresentação dos cargos dos pontos focais. 5.2 – esclarecimentos sobre investimentos que estão sendo prometidos na área da AP 5.3, como a construção do Centro de Imagem e a construção da comunidade do Rodo. 5.3 – esclarecimentos sobre a real situação da gestão do Hospital Pedro II. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** fez uma consideração. Disse que, hoje, o Hospital Municipal Pedro II (HMPII) é referência na AP 5.3, inclusive é referência para pessoas de outros municípios como Nova Iguaçu. Explicou que isso acontece por falta de um hospital estadual, por falta de um hospital federal na AP 5.3 para dar assistência. Isso sobrecarrega o Hospital Municipal Pedro II cujos responsáveis ficam impossibilitados de fazer a administração dessa unidade da forma como está. Também informou que os profissionais estão sofrendo abandono de suas representações sindicais. Sabe que isso é verdade porque os profissionais vão até o CDS da AP. 5.3 para fazer suas reclamações e reivindicações e não vê nenhum representante sindical acompanhando os profissionais para lutar pelos seus direitos. Prosseguiu dizendo não só por salários em dia e estrutura de serviço, pois o que os profissionais também querem é que seus representantes sindicais lutem para que eles (profissionais) possam atender a população do município do Rio de Janeiro. Tem que ser

assim porque o SUS é universal e tem que atender a todos. Foi por isso que pediu a solicitação de pauta. Nesse momento, o **Dr. Mário Celso da Gama Lima Júnior, Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência** relatou como o Hospital Municipal Pedro II (HMPII) foi cedido a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro pelo Estado do Rio de Janeiro, após um incêndio seguido de uma reforma, passando a integrar a rede municipal de saúde em 2012. Principais pontos: **1** - em 2012 a OS Biotech assumiu a gestão do HMPII. **2** - Em 2015 os donos da Biotech são presos e a OS Spdm assume a gestão da unidade através de um contrato emergencial de seis meses. **3** – com o fim dos seis meses foi feita uma licitação onde se solicitou um valor para a unidade, o qual não foi aprovado pelas comissões de despesas por uma série de razões determinando que o valor fosse igual ao do contrato anterior. **4** - os membros da área técnica disseram que o valor era inadequado para a gestão do Hospital Municipal Pedro II (HMPII) e que teriam problemas na unidade sem o reajuste. **5** – passado um tempo, a OS Spdm reconheceu o desequilíbrio. **6** - na renovação foi feito o equilíbrio financeiro do contrato. Esse equilíbrio deu a possibilidade de aumentar, principalmente a força de trabalho. **7** - a expectativa era que o HMPII funcionasse totalmente, porém a realidade financeira da prefeitura impediu. O **Dr. Mário Celso da Gama Lima Júnior** reconheceu o atraso do repasse para os profissionais. Atraso esse que está sendo feito dentro do próprio mês. Logo após foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** perguntou como está à questão, hoje, da verba de custeio e qual a perspectiva de pelo menos regularizar o pagamento das empresas que prestam serviços, pois na última reunião que tiveram com a direção foi dito que estão racionando serviços de limpeza, de alimentação etc. O que mais lhe preocupou foi que disseram que algumas cirurgias seriam suspensas devido à falta do repasse do custeio. Então haveria uma avaliação das pessoas que precisassem fazer cirurgias. O **Dr. Mário Celso da Gama Lima Júnior** respondeu que a situação do custeio preocupa muito o pessoal do HMPII e os profissionais da rede municipal toda. Isso no que diz respeito não às unidades de administração direta e sim aos contratos de gestão e da Riosaúde. Informou que fizeram uma grande revisão do orçamento da subsecretaria para verificar a disponibilidade de orçamento e estão solicitando uma transferência de recursos para unidades mais estratégicas que são os grandes hospitais e as grandes maternidades. Informou que está sendo feito para passarem o máximo que puderem de orçamento de custeio para que esse orçamento seja liquidado para pagar as OS's para que executem os serviços. Ressaltou que foi feito repasse de parte do custeio de setembro para o HMPII. Esclareceu que essa grande revisão de orçamento está sendo feita nas unidades da administração direta para verificar o orçamento disponível ainda por conta de serviços não executados ou contratos não realizados. Essa sobra de orçamento será redirecionada para os contratos de gestão e para a Riosaúde. Informou que pagaram algumas notas da empresa Atmosfera que faz a lavagem de roupas e foi também autorizado o conserto do chiller que mantém a temperatura do centro cirúrgico. Na verdade é um equipamento que estava quebrado e tornava insalubre fazer cirurgias, porém agora com esse conserto irão retomar as principais cirurgias. A outra estratégia da subsecretaria foi de fazer a análise dos casos mais graves que tivessem necessidade de cirurgia e transferir para os hospitais da administração direta e os de retaguarda que não estivessem vivenciando esse problema no momento, os quais tinham complexidade para fazer essas cirurgias. Sobre o que foi mostrado na apresentação, o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** perguntou se dos 396 (trezentos e noventa e seis) leitos do Hospital Municipal Albert Schweitzer quando estarão em funcionamento? O **Dr. Mário Celso da Gama Lima Júnior** respondeu achar que praticamente todos estão em funcionamento, embora possa ter bloqueios e contingências próprias do dia a dia porque todo hospital tem os seus problemas. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** perguntou se o Hospital Municipal Albert Schweitzer será devolvido ao governo do Estado do Rio de Janeiro? O **Dr. Mário Celso da Gama Lima Júnior** respondeu que as duas unidades de saúde (a outra é o Hospital Municipal Rocha Faria) não serão devolvidas, pois foi feito um acordo de repasse para as duas unidades pelo Estado do Rio de Janeiro para a Prefeitura do Rio de Janeiro. A **Presidenta e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que faltou dar as respostas dos pontos 5.1 e 5.2. Sobre o ponto 5.1, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** respondeu que a Secretária Municipal de Saúde informou que os trabalhadores dos pontos focais não são profissionais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e que não é responsabilidade dela. Entretanto quer saber o que são pontos focais? Nesse momento

surgiu um burburinho no auditório. Sobre os pontos focais, o **Secretário Executivo David Lima** interveio dizendo que ontem teve uma reunião com os presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde junto com a presidenta do Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ) e a Secretária Municipal de Saúde. Informou que foi mostrado para a Secretária Municipal de Saúde o ponto 5.1 para que esclarecesse o que eram os pontos focais. Disse tratar de pessoas que estão atuando nas áreas programáticas e se apresentando como assessores do prefeito. Por isso, são chamados de pontos focais. A Secretária Municipal de Saúde esclareceu que são assessores diretos do prefeito e que atuam nas áreas programáticas auxiliando as pessoas, as unidades, as superintendências etc. Informou que a Secretaria de Saúde não tem nenhuma interferência sobre esses pontos focais. Então como foi informada esses pontos focais iriam às unidades de saúde. A Secretária Municipal de Saúde resolveu passar informação da formação de como se portar dentro da unidade de saúde, o que era feito nessas unidades e como era feito, como é o serviço e como o serviço se dá no dia a dia. Isso foi feito para que eles atrapalhassem o mínimo possível e ajudassem em algo. Ressaltou que foi dado a uma minoria um curso rápido de esclarecimento para saberem o que se tratava o controle social porque eles teriam que se encontrar com o pessoal do controle social nas unidades para saber o que é o controle social e qual a sua responsabilidade. Isso foi feito até para que eles respeitassem o trabalho do controle social também. Foi isso que a Secretária Municipal de Saúde passou, inclusive disse que eles respondem diretamente ao gabinete do prefeito. Sobre o ponto 5.2 - esclarecimentos sobre investimentos que estão sendo prometidos na área da AP 5.3, como a construção do Centro de Imagem e a construção da comunidade do Rodo, o **Secretário Executivo David Lima** disse que a Secretária Municipal de Saúde informou que a construção do Centro de Imagem aguarda recursos. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que o gestor foi até a AP 5.3 para desapropriar uma área para fazer uma obra cara. Acontece que essa promessa não passou pelo orçamento e não consta em nenhum Ato. Então como promete construir um Centro de Imagem sem ter orçamento porque falta verba para o custeio do HMP II; falta pagar os funcionários que prestam serviços na AP 5.3. Também tem a clínica de saúde do Rodo que está sendo construída e foi custeada com os valores estabelecidos. A promessa é que o Centro de Imagem seja inaugurado em março do ano que vem e a clínica de saúde do Rodo será inaugurada, caso não esteja enganado no mês que vem. Novamente perguntou de onde vem esse recurso já que não há dinheiro e que por esse motivo os membros do CDS da AP 5.3 trouxeram essa demanda para a comissão de orçamento, justamente para saber de onde está vindo esse recurso. Ponto seis: Escolha de quatro conselheiros para participar do Projeto da CGM “Aconselhando Controle”. O **Secretário Executivo David Lima** informou que a Controladoria Geral do Município - CGM-RIO instituiu por meio da Resolução CGM Nº 1493 de 14/03/2019 o Projeto “Aconselhando Controle”. Convidado a falar sobre as informações passadas na reunião inaugural de 05/11/2019, nesse momento, o **conselheiro José Cosme dos Reis** deu início ao seu relato com o intuito de instruir os futuros representantes a serem escolhidos. Com o fim do relato da reunião foram escolhidos os seguintes conselheiros: José Cosme dos Reis, Neide Maria Neres Tinoco, Geraldo Batista de Oliveira e Maria Edileusa Braga Freires. Ponto sete: Comissões do Conselho Municipal de Saúde. Nenhum representante se apresentou para falar. Lembrando que a Comissão de Educação Permanente já havia sido contemplada. Em relação à Comissão de Orçamento e Finanças, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** justificou que estava atarefado com um problema. Ao ouvir isso a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** pediu para ele marcar uma reunião. Ponto oito: Informes da Secretaria Executiva - 15 minutos. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que fará a leitura de dois informes de divulgação a pedido do Secretário Executivo David Lima que precisou se ausentar. Primeiro informe: “O Conselho Estadual de Saúde no uso de suas atribuições, através da Comissão de Educação Permanente para o controle social, vem convidá-los para participar do 1º seminário estadual de doenças negligenciadas: hanseníase e tuberculose. O seminário será realizado no dia 29 de novembro das 9 horas e 30 minutos às 17 horas na Rua México nº 128, auditório do décimo andar. As inscrições devem ser feitas através do site www.conselhodesaude.rj.gov.br”. Segundo informe: cumprimentando gostaríamos de informar que nos dias dez e onze de dezembro de 2019, a partir das 08 horas na sede da OAB do Rio de Janeiro, situada na Avenida Marechal Câmara nº 150, acontecerá a 3ª Conferência Municipal de Direitos Humanos, que tem como tema “Direitos Humanos: o que temos a ver com isso”? A terceira conferência foi convocada pelo excelentíssimo Prefeito

Marcelo Crivella por meio do Decreto Rio nº 46625 de 2019 e tem como proposta principal fazer a revisão do 1º Plano Municipal de Direitos Humanos. Dessa forma convidamos os membros desse egrégio Colegiado para compor essa discussão que é transversal a diversas políticas públicas. Não existe necessidade de inscrição. Aproveitamos a oportunidade para solicitar também a divulgação da 3ª Conferência Municipal de Direitos Humanos. Ponto nove: Informes da Gestão da SMS - 10 minutos. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que ontem todos os conselheiros distritais tiveram uma reunião com a secretária de Saúde, a qual sugeriu que essas reuniões tivessem uma periodicidade. A princípio sugeriu mensal e pediu que o Conselho Municipal de Saúde informasse qual era a frequência e que sugerisse datas para colocar na agenda para que essa reunião ocorra com mais frequência. Ponto dez: Informes do Colegiado - 05 minutos por conselheiro. O informe da conselheira Maria da Glória da Silva, que teve que se retirar por motivos particulares será apresentado por outra pessoa. Então a **conselheira Valeska Holst Antunes** fez a leitura: “Fórum Social Mundial: um outro mundo e possível”. Será realizado de 29 a 30 de novembro de 2019 no Sindipetro, localizado à Avenida Passos nº 34 – Centro RJ. A programação terá rodas de conversas com comitês de ação e cidadania, conselho de segurança alimentar e economia solidária e apresentação do filme “dedo na ferida” do cineasta Sílvio Tendler. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** informou que hoje os presidentes distritais tiveram uma reunião com a secretária de Saúde e cada conselho distrital apresentou sua pauta. Sobre a pauta do CDS da AP 5.1, disse que encaminhou desde 2018 oito ofícios durante essa gestão para a secretária de Saúde. Quando ela perguntou o que o CDS da AP 5.1 queria ele mostrou esses oito ofícios protocolados até com processo e aguarda essa resposta. Finalizando, indagou onde fica a lei de transparência. A **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** informou que no domingo esteve no Hospital Municipal Souza Aguiar (HMSA) visitando uma pessoa portadora de HIV/AIDS e para sua surpresa viu muitas irregularidades. Então se apresentou como conselheira e conversando com o chefe do intensivo, este lhe mostrou diversas irregularidades que foram comprovadas agora junto com o Dr. Mauro Celso da Gama Lima Júnior. Informou que não tem penicilina, dipirona e o Dr. Mauro Celso da Gama Lima Júnior acabou de confirmar com ela que o número de antibióticos é muito baixo. Também informou que não tem CTI pediátrico e as crianças que estão na sala amarela estão juntas com expurgo (espécie de sala onde são armazenados materiais contaminados etc.). Disse que entregou novamente a denúncia por escrito para a Mesa Diretora para que façam o encaminhamento para a secretária de Saúde porque os conselheiros precisam saber como está o HMSA. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres que os informes da AP 5.2 já deverão ser levados até a secretária de Saúde. Também pedirá providências da SMS e da presidenta do CMS/RJ. Informou que o ofício nº 173 foi feito pelos presidentes distritais para pedir reunião com a secretária de Saúde já com as pautas. Informou que os membros do CDS da AP 5.2 têm uma proposta de lei para ser encaminhada a Câmara de Vereadores e talvez o CMS/RJ poderá ajudar a elaborar o texto. Essa proposta estipula que as OS's devem pagar uma compensação financeira ao erário público municipal, que arcou com os gastos da especialização que os funcionários das OS's tiveram na Fiocruz. Prossequindo, disse que parece que não houve interesse do profissional porque ele entrou sem concurso, permaneceu se especializando ao fazer o curso e depois de um tempo abandona sua equipe e vai embora. Em relação à nova PNAB (Política Nacional de Atenção Básica), disse querer pautar esse tema no CMS/RJ para ser discutido já que há dúvidas de como irá funcionar a nova PNAB porque a AP 5.2 está sem projeto de atenção básica. Também informou que o contrato da OS IPCEP termina em dezembro deste ano. Então perguntou a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres se já tem licitação para fazer processo? Qual OS irá substituir porque não podem esperar até janeiro sem os profissionais, como médico e enfermeiro. Pediu para que não renovassem com a OS IPCEP, pois essa OS não cumpriu nada e deve ser punida; não contemplada porque está recebendo sem fazer a prestação de contas devida. Pediu também que trouxesse explicações da SMS sobre residências terapêuticas e residências terapêuticas Manassés da saúde mental. Esclareceu que os profissionais das residências terapêuticas Manassés trabalham com recuperação de pessoas que usam drogas. Disse que recebeu uma notícia pelo WhatsApp, a qual dizia que o prefeito daria bilhões, segunda ela, para o Senhor Douglas Manassés. Perguntou como fica isso porque pode ser uma falácia, uma notícia falsa. Por outro lado, o prefeito está colocando pontos focais e

residências terapêuticas Manassés. Novamente perguntou como fica isso? Será que a SMS está sabendo dessas coisas? Será que a secretária de Saúde será coadjuvante porque isso é dinheiro do contribuinte. Disse que o Vereador Zico colocou um grupo de dança dentro do CMS Dr. Oswaldo Vilella para dar aulas e sem obedecer à programação da SMS. Em uma reunião do CDS da AP 5.2, a coordenadora Lene respondeu que a SMS tem conhecimento disso e que ela irá fazer um levantamento em todas as unidades de saúde da AP 5.2 que têm espaços ocupados por vereadores para promoção de danças. Isso será feito para que o controle social saiba qual vereador ocupa a unidade de saúde “tal”. Disse que mais uma vez está denunciando que os motoristas que servem ao CDS da AP 5.2 estão sem receber salários há cinco meses e combustível e que isso os impede de sair com o carro. Pediu que a secretária de Saúde faça alguma coisa contra essa empresa porque os motoristas estão sem salários há cinco meses. Informou que a entrada da Riosaúde, que substituiu o Instituto IABAS no Hospital Municipal Rocha Faria (HMRF) foi muito boa. Acontece que o HMRF recebe muitos politraumatizados no final de semana e a maioria são motoqueiros, porém não tem neurocirurgião e nem oftalmologista para atender. O tomógrafo está guardado para ser instalado. Por isso, gostariam que o prefeito inaugurasse logo o tomógrafo porque as ambulâncias levam os acidentados para fazer tomografia em outro hospital e por esse motivo, muitos acabam morrendo no caminho. O **conselheiro José Cosme dos Reis** disse para a conselheira Neide Maria Neres Tinoco que as denúncias que ela fez são pertinentes. Confirmou que houve uma reunião com a secretária de Saúde e os presidentes distritais. Prossequindo, informou ser uma pessoa que não manda recado por outra porque o que tem a falar, fala com a pessoa certa. Perguntou se a conselheira Neide Maria Neres Tinoco estava na reunião. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** respondeu-lhe que não está presente para debater com o conselheiro sobre sua conduta e que esteve na reunião citada. O **conselheiro José Cosme dos Reis** disse que todos esses pedidos poderiam ter sido encaminhados diretamente para a secretária de Saúde porque amenizaria muita coisa, pois acha que são coisas que a secretária de Saúde vai resolver e não os presidentes distritais e os conselheiros. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** esclareceu que o conselheiro José Cosme dos Reis está falando dela e, por isso quer direito de defesa. A **Presidenta e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu calma e concedeu o direito de defesa. O **conselheiro José Cosme dos Reis** retrucou dizendo que ela gastou um tempo enorme no informe. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** respondeu que não está gastando tempo já que esse espaço também é um fórum para defender a saúde do território da AP. 5.2. Reafirmou que estava na reunião que começou às nove da manhã e terminou uma da tarde. Para isso enfrentou o trânsito da Avenida Brasil, gastou dinheiro com passagem e quando chegou o conselheiro José Cosme dos Reis já tinha ido embora. Informou que as perguntas e os pedidos foram entregues para que a secretária de Saúde, Dra. Ana Beatriz Busch os examinassem e desse uma resposta. Como ainda não receberam a resposta resolveu reforçar o que está nos documentos. Por isso, este fórum também serve para representar os interesses da coletividade da AP 5.2 o porquê de estarem presentes hoje. Informou que trouxe tudo para que a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres ouça, pois ela é a representante da secretária de Saúde. Finalizando, disse que outras autoridades estão presentes e que o conselheiro José Cosme dos Reis é uma delas, assim como todos os outros conselheiros também são autoridades em saúde no CMS/RJ. Falando para a conselheira Neide Maria Neres Tinoco, a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** acha que o conselheiro José Cosme dos Reis quis dizer que ontem teria sido uma boa oportunidade de apresentar todas essas questões pessoalmente a secretária de Saúde. Ressaltou que apesar de representar a secretária de Saúde como suplente não tem todas as respostas. E, quem tem a maioria das respostas para dar é própria secretária de Saúde. Então é interessante aproveitarem os espaços que têm com a secretária de Saúde para levar todas as situações e questões que tiverem para ela. Agora a secretária de Saúde ofereceu esse espaço mensal para terem reuniões com mais frequência para que os presidentes distritais levem sempre as demandas. Mas é interessante que a secretária de Saúde ouça os presidentes distritais porque existe uma diferença quando ela, por ser suplente, leva uma situação para secretária de Saúde sobre o que os presidentes distritais estão falando com a própria secretária de Saúde. Inclusive o tempo da resposta é diferente. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse acreditar que a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres irá levar as reivindicações do CDS da AP 5.2. Disse que a secretária de Saúde teve um compromisso e por isso saiu mais cedo. Infelizmente quando chegou a

reunião tinha terminado. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que todos os presidentes distritais presentes apresentaram suas pautas. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que o conselheiro José Cosme dos Reis foi logo embora quando a secretária de Saúde dispensou a todos. Por isso, não foi vista pelo conselheiro. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** disse que tem muitas demandas e pediu aos membros do CDS da AP 5.2 que fizessem um ofício via CMS/RJ. Ressaltou que o ofício documenta uma coisa e exige também uma resposta oficial, como foi dito pelo conselheiro Ludugério Antonio da Silva. Então formalizaram tudo no ofício para entregar a secretária de Saúde. Disse como suplente irá tentar trazer todas as respostas. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** informou que o ofício já foi formalizado pela CAP 5.2. Como o CMS/RJ é um ato público e a ata é um documento público faz questão que suas falas sejam consignadas fielmente na ata, pois é um documento que comprova que os membros do CDS da AP 5.2 se manifestam. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que a ata da reunião não serve para a secretária de Saúde formalizar respostas, ou seja, responder. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que a ata é um documento. Nesse momento surgiu um burburinho no auditório. Em relação às pautas dos presidentes distritais referente à reunião a **Presidenta e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse para a conselheira Neide Maria Neres Tinoco que a secretária de Saúde tem uma cópia. Então a secretária de Saúde disse quem não estava presente terá a resposta dela depois, inclusive, acha que será assim para os que participaram e que está tudo documentado na SMS. Prosseguindo, disse que o conselheiro José Cosme dos Reis não participou da reunião, quem participou foi a presidenta do CDS da AP 3.3, Senhora Silvia Lessa. Por isso, a opinião do conselheiro José Cosme dos Reis é referente a essa reunião e não da reunião dos presidentes distritais com a secretária de Saúde. A **conselheira distrital da AP 5.2, Senhora Sueli dos Anjos** disse que a conselheira Neide Maria Neres Tinoco está falando dessas situações porque os membros do CDS da AP 5.2 estão revoltados já que muitas pessoas não conseguem chegar a Zona Oeste por causa da distância que é longa. Disse que deixaram de tomar conhecimento de muitas coisas e por isso carecem de ficar pedindo sempre. Informou também que estão participando da Comissão dos Direitos Humanos que irá acontecer nos dias dez e onze de dezembro de 2019. Esclareceu que pela manhã de hoje participaram de uma prévia, inclusive amanhã participarão de outra na Barra da Tijuca. A **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** pediu para se manifestar. Com a palavra, pediu a atenção de todos e mostrou o preservativo feminino antigo que é chamado de preservativo interno. Em seguida apresentou o novo preservativo que contém uma esponja em seu interior. Como isso se trata de política pública pediu para os conselheiros verificar quem está usando essa esponja. Explicou que essa é a nova forma de compra do Ministério da Saúde para a utilização desse insumo. O **conselheiro suplente Sérgio Fernandes de Castro** informou que na plenária do CDS da AP 5.2 foi convocado para ser o representante do acompanhamento da obra do tomógrafo do Hospital Municipal Rocha Faria junto a Riourbe. Como está tendo dificuldades de acompanhar essa obra já que as notícias só chegam depois no CDS da AP 5.2 apesar de ter tido informações via WhatsApp que a obra ia ser no dia 29 lhe disseram que seria outro dia. E logo que adentrou o recinto aproveitou a oportunidade para falar com o Dr. Mário Celso da Gama Lima Júnior confirmando que a obra será dia 29. Esclareceu ter acompanhado toda obra. Outro informe disse que tem uma sugestão para o sistema de saúde das policlínicas: que além de assistido também faz parte do Hospital Estadual Eduardo Rabello (HEER) que é um hospital geriátrico. Hoje, três usuárias assistidas do HEER foram atendidas na parte de oftalmologia, catarata e glaucoma. Quando se dirigiam para o Hospital do olho Júlio Cândido de Brito, que fica no município de Caxias, o prefeito Washington Reis ao vê-los reconheceu o conselheiro e o convidou ir junto com ele a esse hospital. Ao entrar ficou surpreso ao ver um equipamento de última geração. E, as duas assistidas que foram com ele em um carro oficial fizeram todos os exames que se pode imaginar. Que cada uma delas saiu desse hospital com a classificação de sua cirurgia; elas irão fazer os exames, inclusive hemograma e o risco cirúrgico. Aliás, cada uma já saiu com seu risco cirúrgico pronto. Ressaltou que se colocou a disposição dos idosos para fazerem essa marcação e que irá levar os exames desses idosos que foram feitos no HEER para o Hospital do olho Júlio Cândido (HOJC) de Brito. Informou ainda que irá marcar um exame muito específico que só pode ser feito no Hospital do olho Júlio Cândido de Brito porque geralmente esses exames específicos são feitos em clínicas particulares. Os idosos irão

fazer esses exames específicos e cada um sairá com o dia de sua cirurgia marcada de glaucoma e catarata. Tudo isso como forma de sugerir uma visita de todos ao Hospital do olho Júlio Cândido de Brito para que sirva de referência a Prefeitura do Rio de Janeiro. Em relação a AP 5.3, disse desejar reforçar que não tem uma pessoa dando importância ao passivo ambiental e as concessões que foram feitas para que essas indústrias fossem construídas no Bairro de Santa Cruz. O fundo de participação de contaminação ambiental faz parte da concessão. O valor chega a mais de noventa milhões de reais. Os donos das empresas ficam usando esse dinheiro, por exemplo: a empresa Prime é obrigada a gastar dezesseis milhões durante vinte e quatro meses. Só que os responsáveis pela empresa Prime dá cem mil e duzentos mil e tem alguém que está assinando porque os responsáveis estão pagando dezesseis milhões de reais. Portanto, fica a sugestão para que o Conselho Distrital da AP 5.3 e o CMS/RJ participem da fiscalização do fundo de participação de contaminação ambiental para saber se isso realmente é real. Finalizou informando também que existe uma tentativa de privatizar a Avenida Brasil. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** disse que se inscreveu para dar informe sobre convite. Informou que dia 21/11/2019, quinta-feira, das 08 da manhã às 17 horas da tarde haverá o Fórum Internacional sobre moradia. Local: Auditório da PUC-Rio. Endereço: Marques de São Vicente Nº 225 - Bairro da Gávea. Finalizando, disse para aqueles que quiserem participar serão bem-vindos. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e trinta minutos e eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes

